



# STI

Vamos voltar a ter um  
sindicato forte



# **Eleição para a Direcção Nacional do STI**

## **Programa de Acção - Lista A**

*Mandato 2024-2027*



## Índice

Eleição para a Direcção Nacional do STI .....	4
Programa de Acção Lista A.....	4
Introdução .....	4
Enquadramento .....	4
Política externa.....	6
A mensagem.....	6
Os objectivos .....	6
As carreiras subsistentes.....	7
Organização interna .....	8
Um sindicato descentralizado .....	8
Estatutos.....	8
Preparar o STI para o século XXI .....	9
Aposentados.....	10
Seguro de saúde.....	10
Relações institucionais .....	11
Formação sindical e profissional .....	11
Cultura, lazer e desporto.....	12
Conclusão .....	12

# Eleição para a Direcção Nacional do STI

## Programa de Acção Lista A

*Mandato 2024-2027*

### Introdução

Os sindicatos são uma peça central nas democracias.

Este facto é reconhecido por economias desenvolvidas e democráticas em todo o mundo. Por exemplo, a actual administração americana vê os sindicatos como aliados-chave na agenda democrática.

O nosso sindicato tem de recuperar o papel activo que já teve na sociedade portuguesa. Actuar mais para o exterior, para a sociedade, para o Povo e não centrar a sua actividade nas relações internas, no próprio sindicato, que sendo naturalmente importantes, não podem ser a actividade central do STI.

Esta é a linha geral que defendemos para o próximo mandato da direcção nacional: **recenter a actividade do sindicato na área da política sindical** e assim defender os legítimos interesses profissionais dos sócios.

Todo o programa de acção está elaborado de modo a atingir este objectivo.

### Enquadramento

O nosso sindicato tem de concentrar a sua actividade na política sindical. O papel dos partidos políticos, dos deputados, dos autarcas, da comunicação social e das restantes forças vivas da sociedade é fundamental para conseguirmos **recuperar o prestígio e a capacidade de intervenção**, que as nossas funções tributárias e aduaneiras tiveram no passado.

Na realidade, a partir de finais da primeira década do século XXI, assistiu-se a uma campanha de descredibilização das nossas funções, que embora sejam actualmente consideradas nucleares para o Estado, por via de serem carreiras inspectivas, conforme definido na f), do n.º 1, do artigo 8º da Lei 35/2014, e tendo em conta o Decreto-Lei 132/2019, foram tratadas como um trabalho menor e descredibilizadas na praça pública. Este mesmo artigo 8º define que estas funções têm de ser desenvolvidas no âmbito de carreiras especiais. No entanto, a Administração da AT, com a anuência

do Governo, tem colocado trabalhadores que não pertencem às carreiras especiais, a desempenhar funções que deveriam estar reservadas a colegas com a formação tributária e aduaneira necessária.

Esta má gestão de recursos humanos tem tido reflexos evidentes no combate à fraude e evasão fiscal. Só de 2015 a 2023 a **economia paralela cresceu**, segundo os estudos académicos existentes, em **mais de 60%**. Este é o maior sinal do falhanço das políticas adoptadas na Autoridade Tributária e Aduaneira.

**A inspecção tributária e aduaneira está moribunda** e os inquéritos criminais abertos por iniciativa da AT são praticamente inexistentes. O **combate ao tráfico** de droga, de armas, da contrafacção, no fundo, a defesa da fronteira externa da união europeia, é posta em causa, pela falta de recursos que os nossos colegas da **área aduaneira** têm.

O processo de descredibilização da AT e do nosso trabalho, começou por volta do ano de 2008 quando nos foi retirado o vínculo de nomeação ao Estado, que apenas viríamos a recuperar com a negociação de carreiras em 2019. Nem o estatuto de OPC, atribuído a outras autoridades do estado, nos é claramente reconhecido.

No período de 2011 a 2015, com o problema criado relacionado com os acessos à base de dados, que usamos de forma intensiva para realizar o nosso trabalho, o problema agravou-se e as dificuldades no combate à fraude fiscal e aduaneira ficaram mais difíceis. Chegou-se mesmo a ouvir na boca de políticos relevantes no panorama nacional que os trabalhadores dos impostos abusavam dos acessos à base de dados, e são uns “coscuvilheiros”.

Lamentavelmente, a comunicação social deu palco a esta retórica falsa e sem qualquer adesão à realidade, e o discurso acabou por se enraizar em boa parte da sociedade.

Quem perdeu? Perderam os mais pobres, perdeu o estado social, a segurança, o SNS e todos os cidadãos cumpridores de Portugal. Se fossem cobrados 10% dos impostos que andam à margem do controlo da AT, teríamos praticamente todo o investimento anual feito no SNS pago.

O nosso papel tem de passar por aqui. Temos a obrigação de repor a verdade. Temos a obrigação de mostrar ao Povo que as nossas funções existem para defender quem mais necessita, os mais pobres, a classe média, quem mais depende do Estado. O próprio Estado depende do nosso trabalho, e quem ouve o discurso político actual, ouve falar de problemas nas carreiras dos médicos, dos enfermeiros, das forças de segurança, dos professores e de várias outras importantes funções do Estado, mas de nós, das carreiras especiais da AT, nem uma palavra!

Este é o sinal mais evidente do fracasso da actuação do nosso sindicato.

Como é que podemos inverter este ciclo?

Temos de actuar de forma concertada em duas áreas principais: Política externa e organização interna.

## Política externa

### A mensagem

Esta tem de ser a nossa principal aposta. De modo a recuperarmos a credibilidade e o respeito que havia pela função tributária e aduaneira no passado, é importante transmitir a nossa mensagem à sociedade.

E qual é a nossa principal mensagem? **Do nosso trabalho depende o apoio do Estado aos mais necessitados e à classe média.** Os pobres não fogem aos impostos. Nem têm rendimentos suficientes para isso.

Um estudo da faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), tendo por base um artigo científico e dados actualizados, concluiu recentemente que o valor da **economia não registada** no PIB deverá ter atingido um recorde em 2022, correspondente a **82.232 milhões de euros**. Isto é um flagelo nacional.

Se em 2015 este valor rondava os 50.000 milhões, durante o mandato da actual administração da AT, a situação piorou de forma inaceitável.

Esse devia ser o nosso principal objectivo. Foi para isso que fomos formados. Foi para isso que estudámos e que prestámos inúmeras provas de conhecimentos, que nos deram as ferramentas necessárias para lutar contra este problema grave da nossa sociedade.

**Integramos carreiras especiais, deveríamos ter condições de trabalho excepcionais**, porque temos uma missão central na sociedade que pode ser decisiva em todas as outras funções inerentes ao Estado, desde logo, e como já referido, no apoio aos mais necessitados e frágeis da nossa sociedade.

Aqui reside a nobreza da nossa actividade.

### Os objectivos

É imperativo que esta nossa mensagem seja percebida pelos interlocutores políticos, pela comunicação social e pelo Povo. Isto depende de nós. Está ao nosso alcance. É um objectivo que temos para os próximos anos, pois a partir daqui justificamos a necessidade de termos:

- **Salários** dignos e compatíveis com a função nuclear do Estado que desempenhamos;
- A **autoridade** necessária para a desempenharmos;
- A **harmonização** da percentagem de pagamento do **FET**, no mínimo, pela paga aos dirigentes da AT, salvaguardando as especificidades de quem ainda recebe suplemento em modo FEA;

- A negociação do **FET** de modo que possa ter carácter certo e permanente como existia no extinto **FEA**;
- O reconhecimento do rigoroso **regime de incompatibilidades** a que estamos sujeitos e a sua devida compensação;
- Um **sistema de avaliação** decente;
- O reconhecimento do **desgaste rápido** a que a nossa profissão nos obriga e a necessidade de um regime de **aposentação** semelhante aos que têm outras autoridades dos Estado;
- Devidamente pagas as inúmeras **horas extraordinárias** que fazemos grátis, para manter a AT a funcionar, nem que para tal seja necessário recorrer à via judicial;
- Um **regime rigoroso de admissões a AT** e acesso exclusivo às funções tributárias e aduaneiras com base nas regras definidas no regime de carreiras em vigor;
- Um sistema de **avaliação permanente** que nos valorize, nos permita manter o elevado padrão de qualidade e exigência a que sempre estivemos habituados, e que funcione como **acelerador da carreira**;
- Uma organização dos **serviços de finanças** que permita trabalhar com dignidade e não debaixo da elevadíssima pressão que existe actualmente;
- Uma organização da **inspecção tributária e aduaneira** que torne a função apelativa, tendo perspectivas em relação a cargos de chefia nessa área, com base em concursos transparentes;
- Um **recrutamento** de recursos humanos para as carreiras especiais que permita executar as funções de autoridade da AT de forma eficiente;
- Normas legais de acesso dos colegas das **carreiras gerais em desajustamento funcional**, há vários anos, às carreiras especiais da AT;
- Possibilidade para lançar as bases de um entendimento entre as **carreiras de autoridade** do estado no que concerne a **reivindicações comuns**, e reivindicá-las conjuntamente junto do Governo;
- A **SST** devidamente executada na AT;
- Finalmente, e de uma vez por todas, implementada a **academia da AT** para a sociedade e, ao mesmo tempo, fazer dela casa de entrada para as carreiras especiais tributárias e aduaneiras;

### As carreiras subsistentes

É compromisso da nossa lista, caso os sócios nos dêem essa oportunidade e sejamos a futura direcção nacional, lutar para que sejam **ressarcidos os colegas das carreiras subsistentes**, devido tratamento discriminatório e injusto que tiveram, pelo facto da tutela e a administração não terem

cumprido com o acordado em sede de negociação de carreiras. Aliás, facto já reconhecido numa sentença judicial.

## Organização interna

Para sermos eficazes no trabalho externo que temos de fazer com, e para a sociedade, é fundamental **maximizarmos a utilização da estrutura interna do sindicato**, seja a relacionada com os valiosos recursos humanos de que dispomos, denominadamente os delegados sindicais, a estrutura dirigente distrital, regional e nacional e ainda os trabalhadores do sindicato, seja a relacionada com os nossos recursos materiais.

### Um sindicato descentralizado

O nosso sindicato tem uma estrutura descentralizada.

Somos uma organização sindical com uma direcção nacional e 20 direcções distritais e regionais. As distritais e regionais, individualmente, não têm grande capacidade de intervenção nacional. A nacional, sozinha, pouco pode fazer.

Juntos, podemos ter uma abrangência global, capaz de defender os sócios e de recuperar a dignidade que sempre devia ter sido mantida nas nossas carreiras.

Para que isso possa acontecer a direcção nacional não pode actuar desligada das regionais e distritais.

Por exemplo, o que sucedeu na jornada de luta do início do ano 2023, onde se marcou uma greve na AT RAM para de seguida ser imediatamente desconvocada, por falta de comunicação interna, é algo que demonstra uma má articulação da estrutura.

A nacional não pode enviar um pré-aviso de greve que nem sequer foi discutido e articulado com a estrutura descentralizada do sindicato.

Assim, o que propomos, é algo que já testamos com sucesso no período de 2018 e 2019. Uma articulação em tempo real com toda a estrutura dirigente do STI.

### Estatutos.

Os estatutos do STI são um documento central na actuação do sindicato. Falhadas que foram as anteriores tentativas de revisão deste importante documento, criaremos as bases necessárias,



baseadas no princípio explicado no subcapítulo anterior, para termos uns estatutos adequados ao funcionamento do nosso sindicato na realidade do século XXI.

### Preparar o STI para o século XXI

Uma **reforma estrutural no STI é necessária**. Não podemos ter medo das palavras e da expressão. O nosso sindicato tem uma **estrutura de custos fixos pesada**, utiliza mal as ferramentas existentes que podem permitir um melhor e mais eficiente serviço aos sócios e tem gerido mal os recursos materiais que possui, nomeadamente os edifícios que detém em Lisboa.

Os recursos do sindicato têm de estar, o mais possível, rentabilizados, e a sua utilização maximizada. Neste sentido, propomo-nos analisar o modo como as 4 fracções, mais um auditório, que o STI tem em Lisboa, têm sido utilizadas, para servir melhor o interesse dos sócios.

Uma das fracções está ao serviço da distrital de Lisboa e, naturalmente, assim deve continuar. As restantes, devemos rever a sua utilização, de modo que sejam rentabilizadas.

A estrutura de custos fixos do sindicato tem de ser trabalhada de modo que se torne menor. Temos neste momento um valor próximo do meio milhão de euros em custos fixos anuais. Um valor muito elevado para uma organização que se quer dinâmica e flexível. Esta também é uma das missões que abraçaremos caso o nosso projecto mereça o apoio maioritário dos sócios.

**Diminuir os custos fixos e ao mesmo tempo melhorar o serviço prestado aos sócios** é um objectivo que temos, que parecendo impossível é perfeitamente alcançável se feito com base na modificação e optimização dos processos e, ao mesmo tempo, se usarmos a estrutura sindical, e os créditos sindicais que a Lei nos confere.

**O trabalho sindical tem de ser mais feito por sindicalistas**, e menos por trabalhadores contratados. Temos colegas que podem colaborar em várias áreas da actividade sindical, como a jurídica, política, económica ou mesmo a comunicacional, e que podem ajudar a dinamizar a actuação do sindicato, assim sejamos capazes de lhes dar essa oportunidade.

## Aposentados

Estes sócios são **uma mais-valia inalienável do STI**, que depois de toda uma vida de trabalho e serviço à causa pública e de entrega ao sindicato, aportam consigo toda uma **experiência que importa aproveitar**.

Neste sentido pretendemos:

- Através do nosso mandatário nacional, colega Domingos Marques, já aposentado, e da nossa representante nacional para os aposentados, a colega Fátima Cerqueira, criar uma **relação de maior proximidade** com este grupo de sócios, através de um trabalho regular a desenvolver durante todo o mandato da direcção nacional, e que lhes permita ter um papel mais activo na vida sindical;
- Organizar **actividades específicas para estes colegas**, sejam de âmbito nacional, regional ou distrital, de forma mais regular, e tentando ir ao encontro daquilo que são as suas expectativas;
- Manter um **seguro de saúde forte** e único na defesa de todos os associados, sem limite de idade.

## Seguro de saúde

Boas ideias todos temos. Transformar boas ideias num projecto vencedor nem todos conseguimos. O seguro de saúde é uma grande mais-valia do nosso sindicato.

Devemos estar **muito reconhecidos** aos colegas que tiveram a ideia e a implementaram no passado.

Temos a obrigação de o manter, para eles, e para todos os demais associados.

É fundamental que consigamos conservar um seguro de saúde forte e único na defesa de todos, sem limite de idade e com prémios concorrenciais, tendo em conta o mercado onde estamos inseridos.

Este é um compromisso desta lista candidata, caso sejamos merecedores da confiança dos sócios do STI.

## Relações institucionais

Tendo como ponto de partida o n.º 1, do art.º 4.º dos Estatutos do STI, onde podemos ler que “O STI é uma organização autónoma, independente do Estado, partidos políticos, confissões religiosas ou quaisquer outras associações de qualquer natureza (...)”, propomo-nos:

- Privilegiar a via do diálogo com o governo, procurando sensibilizar para a importância da AT no panorama da Administração Pública, da especificidade das suas funções, nomeadamente, no papel que desempenha ao nível do combate à fraude e evasão fiscal, e da consequente arrecadação de receita para os cofres do Estado. No entanto, e porque acreditamos nas nossas reivindicações, teremos sempre presentes todas as formas de luta legalmente previstas;
- Constituir-nos como “*Business Partner*” do governo, podendo assim dar contributos para a gestão da AT que salvaguardem, também, os interesses dos trabalhadores, diminuindo o grau de conflitualidade judicial, com reflexo positivo na vida de todos, sem perder uma atitude necessariamente crítica, atenta e vigilante;
- Defender uma atitude de cooperação institucional com todas as forças sindicais de carreiras especiais do panorama nacional, sempre que tal se mostre vantajoso para os trabalhadores da AT, e tendo presente a autonomia e independência do STI;
- Potenciar eventuais benefícios para os trabalhadores da AT resultantes da filiação na UFE, nomeadamente, na recolha de informação sobre o funcionamento dos diversos sistemas fiscais europeus.

## Formação sindical e profissional

A formação sindical teve um orçamento directo para 2023 de €25.000. É uma verba considerável e que tem sido utilizada em acções internas que poderiam servir para potenciar a dinâmica externa do STI.

Queremos dinamizar esta área específica da actividade sindical de modo que dela usufruam um número maior de associados, uma vez que o universo que nela tem participado é muito pequeno, tendo em conta o número total de associados do STI.

Propomos ainda que o sindicato promova formação profissional aos seus associados.

Esta, deve ser ministrada em conjunto com Universidades ou Politécnicos, que atribuam créditos e pontos para a Avaliação Permanente, permitindo **progressões mais rápidas na carreira**.

## Cultura, lazer e desporto

Esta é uma área de actividade do nosso sindicato onde podemos ter um apoio organizativo grande por parte dos nossos colegas aposentados. O trabalho necessário a organizar eventos relacionados com a cultura, o lazer e o desporto, pode ganhar com essa **partilha de conhecimento intergeracional**, permitindo uma maior qualidade dos eventos que nos propomos realizar.

Porque consideramos que o espaço de convívio é potenciador do aprofundamento de laços de amizade entre os sócios do STI, temos a intenção de:

- Realizar um encontro anual de sócios do STI e um encontro especialmente pensado para os sócios já aposentados;
- Organizar, de per si, ou em parceria com entidades externas, programas que proporcionem aos sócios o contacto com a natureza, a história e a cultura;
- Promover e facilitar a divulgação dos trabalhos de cariz artístico produzidos por sócios do STI, disponibilizando para o efeito um espaço nos locais onde se realizarão os Conselhos Gerais e/ou Congressos.

## Conclusão

O nosso maior objectivo enquanto lista candidata é **recuperar a dignidade que a função tributária e aduaneira** perdeu ao longo da última década e meia. Queremos fazê-lo porque acreditamos que **desempenhamos funções nucleares do Estado**. Porque acreditamos que só assim será possível termos uma **maior justiça fiscal** e com ela uma maior justiça social.

Para que isso seja possível é necessário que exista respeito pelo trabalho que fazemos, e que nos sejam **proporcionadas as condições necessárias** à obtenção de bons resultados no combate à fraude e evasão fiscal que, como mostram os números disponíveis cresceu, aproximadamente, 62,5% desde 2015!

Passados 4 anos de vigência do Decreto-Lei 132/2019, é importante revisitá-lo, e ajustar as normas que não ficaram bem desenhadas.

Com esta **ineficiência** por parte da AT perdemos todos.

O **investimento na AT é um investimento em Portugal**, na justiça fiscal, e sobretudo na defesa dos mais necessitados.